

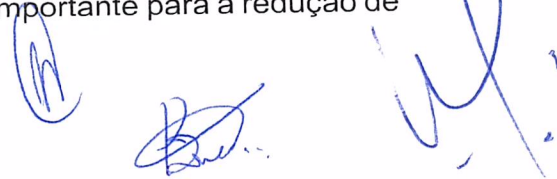
ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON de Balneário Camboriú, realizada no dia 23 de **ABRIL de 2025**, às **9h20**, na Casa dos Conselhos. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Bruno Cesario Dalfovo Costa (Titular/PROCON), Nivaldo Ávila dos Santos (Titular/AMPE), Eraldo de Carvalho Júnior (Titular/ACIBALC), Michelle B. Teixeira (Titular/Departamento de Vigilância Sanitária), Raffaella C. Sasso (Suplente/OAB).

Pauta: O debate de aquisição de sede própria para o Procon partiu da constatação da necessidade de revisão e atualização da legislação vigente — Lei nº 2.281/2003 —, considerada atualmente defasada frente às demandas e realidades administrativas do órgão. Os conselheiros foram unânimes em reconhecer que a legislação necessita ser reformulada, a fim de assegurar maior eficiência, transparência e alinhamento com a estrutura atual de funcionamento do PROCON, porém reportou-se a Lei existente (2.281/2003), limita a destinação dos recursos do FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR (FMDC) encontra-se defasada, necessitando de atualização do texto legal para detalhar os gastos e investimentos contemporâneos do Órgão. Para isso, decidiu-se pela discussão no grupo do conselho, que será responsável pela elaboração de um novo texto legal. O objetivo é contemplar as necessidades atuais do órgão, garantindo que a nova proposta esteja em conformidade com os princípios da administração pública. A futura proposta de aquisição de sede própria fortalecerá a infraestrutura do PROCON, melhores condições para o atendimento ao público, a realização de reuniões e o arquivamento seguro de documentos, além de consolidar a identidade institucional do órgão.

A Legislação atual prevê a destinação dos recursos nos artigos 19 e 25, da Lei 2.281/2003, Em sua redação não se detalha a utilização de recursos na construção ou aquisição de imóveis destinados a sede própria dos órgãos de defesa do consumidor, ou mesmo ao pagamento de aluguéis.

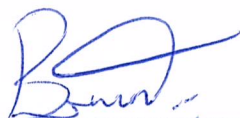
Por isso que, os Conselheiros, em respeito a explanação e essa defasagem da nossa Lei que dista de 2003, aprovou, por unanimidade, a necessidade de revisão e atualização da legislação vigente defasada frente às demandas e realidades administrativas do órgão.

Considerando que o PROCON vem funcionando, há anos, em imóvel alugado, entendeu-se que a busca por um espaço definitivo deve ser tratada como prioridade estratégica. A mudança representa não apenas a conquista da autonomia administrativa, mas também uma medida importante para a redução de custos operacionais relacionados ao aluguel.

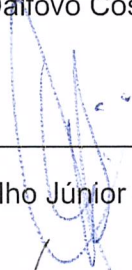


A eventual saída do imóvel alugado, com a possível aquisição da nova sede marcariam um momento significativo para o fortalecimento do PROCON, criando condições mais favoráveis para a modernização dos processos internos, o desenvolvimento de ações educativas voltadas à proteção do consumidor e a atualização dos marcos legais que regulam sua atuação.

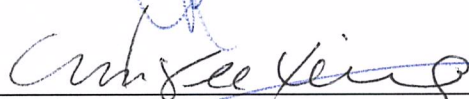
Dessa forma, primeiramente será apresentada a minuta do projeto de lei, com a modificação do texto legal que versa sobre o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, para aprovação dos Conselheiros. Em seguida haverá envio da matéria à Câmara de Vereadores para apreciação, aprovação e posterior sanção da referida alteração legal. Os trâmites legais, para efetivação da compra do imóvel, deverão também ter aprovação do Conselho, para a eventual conclusão do processo de compra, conforme os parâmetros definidos. O fluxo de trabalho descrito no presente parágrafo, para a eventual aquisição de imóvel próprio, foi aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes nesta reunião.



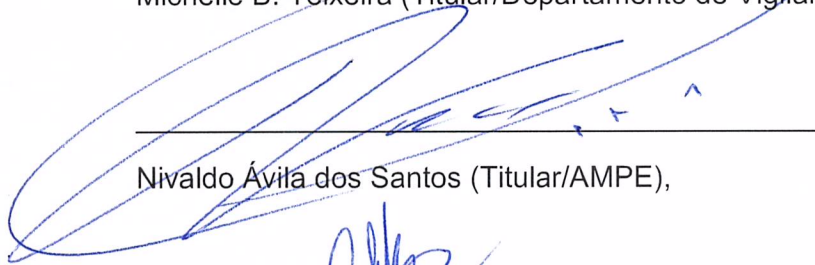
Bruno Cesario Dalfovo Costa (Titular/PROCON),



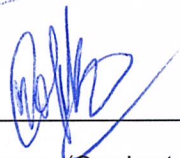
Eraldo de Carvalho Júnior (Titular/ACIBALC),



Michelle B. Teixeira (Titular/Departamento de Vigilância Sanitária),



Nivaldo Ávila dos Santos (Titular/AMPE),



Raffaella C. Sasso (Suplente/OAB).